

3 O Instituto de Pesquisas Educacionais: do projeto à prática

Em um artigo comemorativo aos 25 anos de funcionamento do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP; MEC), Lourenço Filho (1964, p.179) faz menção às iniciativas elaboradas antes da década de 1930 que tinham como objetivo a criação de órgão para estudo geral das coisas do ensino em nosso país. De acordo com o intelectual, a proposta de criar um setor responsável pela condução da educação já era conhecida desde o tempo da Constituinte do Império e aparece em outros momentos da História, seja como órgão de assessoramento da educação, como fora o Conselho Geral da Instrução Pública, em 1846, seja como um "órgão propulsor de reformas e melhoramentos de que carecesse a educação", como havia sido o caso do Pedagogium criado no ano de 1890 e extinto em 1919.

Neste mesmo documento, após citar quase um século de iniciativas semelhantes, Lourenço Filho aponta para a ausência de um centro destinado a documentação e pesquisa na área de educação no país e, na expectativa de apresentar o Inep como um marco histórico neste processo de centralização dos serviços e pesquisas educacionais, cita trechos do discurso do então Ministro da Saúde e Educação, Gustavo Capanema, para justificar a criação desse Instituto, que, de início, foi chamado de Instituto Nacional de Pedagogia¹. Para o então ministro:

Não possui ainda o nosso país um aparelho central destinado a inquéritos, estudos, pesquisas e demonstrações sobre os problemas do ensino nos seus diferentes aspectos. É evidente a falta de um órgão dessa natureza, destinado a realizar trabalhos originais nos vários setores do problema educacional, e, ao mesmo tempo, a recolher, sistematizar e divulgar os trabalhos realizados pelas instituições pedagógicas, públicas e particulares. Além disso, incumbir-se-á de promover o mais intenso intercâmbio no terreno das investigações relativas à educação, com as demais nações em que este problema esteja sendo objeto de particular cuidado de parte dos poderes públicos ou das entidades privadas (CAPANEMA apud LOURENÇO FILHO, 164, p 181).

Decerto, em âmbito nacional, não havia iniciativa semelhante. O Inep se configurou como o primeiro órgão nacional a se fixar como "fonte primária de

¹ Após o Decreto-Lei N.580 – de 30 de Julho de 1938, o Instituto Nacional de Pedagogia passa a denominar-se Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

documentação e investigação, com atividades de intercâmbio e assistência técnica" na área de educação (LOURENÇO FILHO, 1964).

No entanto, ao aprofundarmos um pouco mais na História das Instituições Educacionais, principalmente na trajetória daquelas que desempenham papéis político-administrativos para o desenvolvimento de pesquisas educacionais, certamente não podemos deixar de fora da análise a trajetória do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE).

De acordo com Schawartzman (1982), o IPE se configurou como “o primeiro passo para desenvolver o hábito do debate e dos estudos coletivos entre educadores” brasileiros. Xavier (2007) também nos chama a atenção para a importância do IPE e destaca a sua posição estratégica frente à política de reformulação da educação na cidade do Rio de Janeiro, durante a década de 1930.

Ao criar o IPE, Anísio Teixeira (2007, p.152) buscou projetar num único órgão o trabalho de investigação e formulação dos planos de trabalho para os professores, assim como dos programas, métodos e processos educacionais. O objetivo primordial do IPE era desenvolver estudos que pudessem, junto com o Instituto de Educação, conjugar esforços "para dar continuidade entre o período de preparação do magistério e o da prática do trabalho escolar"².

Fundado em 1933, por Anísio Teixeira, por intermédio do Decreto 4.389 de 8 de Novembro³, o IPE teve como primeiro diretor Carlos Miguel Delgado de Carvalho, que permaneceu no cargo até 24 de Julho de 1935, quando foi nomeado professor catedrático de Geografia na Universidade do Distrito Federal (UDF).

A instituição fora criada com o intuito de promover “estudos especializados e pesquisas sobre assuntos concernentes à educação”⁴ e se empenhava em seguir linhas de estruturação formal dos programas desenvolvidos na Secretaria Geral de Educação e Cultura.

Em sua estrutura administrativa, o IPE contava com duas divisões, uma relacionada mais especificamente às pesquisas educacionais (Divisão de Pesquisa Educacional) e a outra voltada para “a expansão do sistema escolar” (TEIXEIRA,

² Op. cit., p.148.

³ Anexo II.

⁴ Instituto de Pesquisas Educacionais. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LfI IPE – 11.03.1932 a 23.04.1936(f0009), com data de publicação de 16 de outubro de 1935. Não assinado.

2007, p. 152). O objetivo era desenvolver estudos e elaboração do plano de trabalho que pudessem, junto com o Instituto de Educação, conjugar esforço “para dar continuidade entre o período de preparação do magistério e o da prática do trabalho escolar”⁵.

Um dado marcante do IPE é a sucessão de gestores que o órgão teve durante um curto período de tempo. Quando Carlos Miguel Delgado de Carvalho deixou o cargo para assumir a cadeira de professor na UDF, Carneiro Leão o substituiu por um período de apenas dois meses, mais especificamente até o dia 12 de setembro de 1935. Gustavo Lessa foi, então, o terceiro Diretor do IPE, entrando em exercício oficialmente no dia 1^a de outubro do mesmo ano.

Em dezembro de 1935, Lessa assina uma correspondência ao lado de outros colaboradores de Anísio Teixeira, manifestando o sentimento de “surpresa” diante do afastamento de Anísio da gestão pública, deixando o cargo à disposição a partir de então. A gestão de Gustavo Lessa foi realmente curtíssima, durando apenas três meses, conforme atesta outro documento referente ao discurso pronunciado pela ABE em sua memória⁶. Logo em seguida, Lourenço Filho assume a direção do Instituto.

Apesar de Lourenço Filho permanecer à frente do Instituto por um curto período de tempo, até mais ou menos Julho do ano de 1936, é surpreendente a quantidade de documentos referentes ao IPE em seu Arquivo Pessoal, no CPDOC/FGV. Foi possível localizar quase 200 páginas de relatórios produzidos pelos intelectuais que integravam a instituição durante o período de sete meses de sua gestão. Tais fontes documentais tornam-se importantes para a compreensão de um período que se configurou como interseção de duas gestões com doutrinas distintas: de um lado, o grupo de Anísio Teixeira e, do outro, o legado do substituto de Lourenço Filho no IPE, Everardo Backheuser⁷, católico considerado alguém com perspectivas mais liberais (STRANG, 2008).

No entanto, na expectativa de entendermos melhor o modo de funcionamento deste Instituto, consideramos fundamental localizá-lo em seu

⁵ Op. cit., p. 148.

⁶ Discurso em memória de Gustavo Lessa. CPDOC/FGV AT pi S. Ass. 1962. 12.17

⁷ Um dos criadores da Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal, entidade responsável em prestar esclarecimentos sobre a Escola Nova a comunidade de professores católicos no período (STRANG, 2008).

contexto de formação frente aos marcos importante da reforma educacional do Distrito Federal, que foi promovida por Anísio Teixeira em 1932.

Como já trabalhado capítulo anterior dessa tese, foi no decreto de fevereiro de 1932 que o educador reconstituiu a Diretoria Geral de Instrução Pública, mas foi no ano seguinte que o reformador transforma essa Diretoria em Departamento da Educação, consolidando assim “uma nova estrutura técnico-administrativa para o ensino público na capital federal” (PAULILO, 2009, p. 447).

3.1. “Bem pouco falta sem nada sobrar”: a reorganização do Departamento de Educação em 1933

Nesses primeiros órgãos se cogita de quem vai ser o Professor (Instituto de Educação), do que vai fazer e das crianças e por qual período vai fazê-lo (Divisão da Obrigatoriedade Escolar e Estatística), do prédio, local e aparelhamento de que precisa (Divisão de Prédios e Aparelhamento Escolares), do registro do Financiamento total necessário à educação e do Expediente geral da administração (Divisão) (TEIXEIRA, 2007, p. 148).

A citação acima reflete o caráter articulador do Decreto 4.387 de setembro de 1933 que criava o Departamento de Educação. O hiato entre a administração central e o professor seria resolvido diante da reorganização proposta após um ano e meio da Reforma de 1932.

Numa breve apresentação de cada setor, Anísio Teixeira nos informa com precisão as suas diferenciações e competências e apresenta um organograma do novo Departamento de Educação⁸: O Instituto de Educação seria o responsável pelas Escolas de Professores, o Jardim de Infância, a Escola Primária e a Escola Secundária; o Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE) seria destinado aos "estudos e elaboração de planos, programas, métodos, e processos de educação e ensino e de medidas de rendimento e eficiência, tendo por base investigações sociais e psicológicas"; a Divisão de Bibliotecas e Cinema Educativo seria responsável pelo "incremento da cultura profissional e geral dos educadores"; a Divisão de Prédios e Aparelhamento Escolares ficaria encarregada do provimento do material nas escolas, assim como, pela administração pessoal do sistema; a Divisão de Secretaria ficaria incumbida pela administração dos prédios escolares, e outras seis mais superintendências: de Educação Elementar – de Educação Secundária Geral e Técnica de Ensino de Extensão – de Saúde e Higiene Escolar

⁸ Anexo I

– Educação Física, Recreação e Jogos – Educação Musical e Artística – e de Desenho e Artes Aplicadas – de Ensino Particular.

Como o nosso estudo tem como objetivo de investigação o IPE, buscaremos a seguir apresentar de modo um pouco mais detalhado sua estrutura de funcionamento, contextualizando-a dentro da lógica e organização do Departamento de Educação durante a gestão de Anísio Teixeira.

3.2. Um “órgão vital” para o sistema de ensino do DF:

O IPE, no contexto de sua inauguração, contava com duas divisões, uma relacionada mais especificamente às pesquisas educacionais (Divisão de Pesquisa Educacional) e a outra voltada para "a expansão do sistema escolar" (Divisão de Obrigatoriedade e Estatística).

Inicialmente, a primeira divisão fora estruturada a partir de cinco seções, sendo elas: Seção de Programa e Atividades Extraclasse (SPEAE), Seções Medidas e Eficiência Escolar (SMEE), Seções de Antropometria (SA), Seções de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM), Museus Escolares e Radiodifusão. Já a segunda divisão era composta pelas seções de Recenseamento, Matrícula e Frequência (SRMF) e de Estatística Escolar (SEE).

No organograma do IPE existia também, ao lado das divisões acima, a seção “Paz pela Escola”. Este setor tinha o objetivo de “fomentar, entre as escolas, o espírito de conciliação e paz pan-americanistas”⁹.

De um modo geral, além de desenvolvimento de pesquisas educacionais, a Divisão de Pesquisas mantinha os registros dos alunos matriculados nas escolas elementares, as informações relacionadas à organização, classificação e distribuição de turmas, professores e escolas, os dados dos estabelecimentos do ensino particular, do professorado municipal e particular. Já a segunda divisão, a de Obrigatoriedade Escolar e Estatística, era incumbida de apurar "os dados do ensino público elementar", "os dados estatísticos do ensino público técnico

⁹ Instituto de Pesquisas Educacionais. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LFIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0009).

secundário" e aqueles dados relativos ao convênio celebrado entre o Distrito Federal e Ministério da Educação¹⁰.

Um questionário entregue aos chefes de cada setor, ao final de 1935, nos permite analisar o período de que se pretende tratar nesta parte de pesquisa. O questionário em questão foi entregue para todos os responsáveis pelo então diretor do Instituto Lourenço Filho. Na intenção de fazer um balanço das atividades realizadas nessa instituição desde sua inauguração, principalmente, para compreender e avaliar, simultaneamente, os objetivos de cada seção e o andamento dos trabalhos, o diretor distribuiu um questionário com 15 perguntas relacionadas aos setores e ao próprio Instituto. O objetivo era tomar conhecimento das iniciativas elaboradas até a sua gestão.

De início, gostaríamos de dar destaque à última questão deste questionário na expectativa de melhor compreender a função do IPE frente à administração central do sistema escolar do antigo DF. A pergunta que encerra o questionário será o nosso ponto de partida para identificarmos o que foi idealizado como projeto e o que se configurou como política e que, de certo modo, foi proporcionando contornos diferenciados às práticas desta instituição. Assim, um instituto deste gênero "deve ser considerado como órgão propriamente de administração ou de estudo desinteressado?".

Esta foi a última questão postada pelo diretor no referido questionário. Provavelmente a falta de definição no próprio estatuto de funcionamento do IPE tenha sido a motivação que o levou a finalizar com tal indagação o seu inquérito. De acordo com o documento analisado, possivelmente escrito no ano de 1935, não assinado¹¹, o IPE, mesmo após dois anos de funcionamento, não havia recebido uma organização definitiva, por lei ou regulamento. A equipe de trabalho era bastante variável, mas de um modo geral composta por professores de ensino primário. Entretanto, diante das ações elaboradas para promover o sistema de ensino recém-reestruturado no DF, afinal, qual foi a função desempenhada pelo IPE no âmbito das políticas do Departamento de Educação e de que modo seus trabalhos foram estruturados?

¹⁰ Breve relatório sobre as atividades desenvolvidas na DOEE. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LfI IPE – 11.03.1932 a 23.0.1936 (f0013)

¹¹ Breve relatório sobre as atividades desenvolvidas na DOEE. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LfI IPE – 11.03.1932 a 23.0.1936 (f0013)

Para Anísio Teixeira (TEIXEIRA, 2007, p.149), tornava-se indispensável, em uma administração educacional, a existência de "organismos diferenciados para as diversas funções". De acordo com o gestor, existia distinção "nítida e expressa, entre atuação executiva, ou linha de comando e assistência técnica, ou linhas consultivas" (TEIXEIRA, 2007, p. 149) e numa administração educacional deveriam existir duas ordens de ação: "a que determina a execução e provê as condições gerais e especiais para que ela se efetive (administração) e, do outro lado, a que desempenha a função propriamente dita (técnica)¹²,"

Certamente o projeto do IPE não ficou longe do que havia proposto Anísio Teixeira. Ao analisarmos o Instituto poderíamos considera-lo a partir de seu contorno mais técnico, dotado de uma equipe especializada na promoção de pareceres sobre o trabalho docente. Em princípio, não caberia ao IPE exercer ações administrativas do sistema de ensino recém-organizado, pois sua tarefa seria subsidiar pesquisas que pudessem direcionar as políticas da Instrução Pública. No entanto, existiram duas linhas de atuação: uma com característica mais executiva e, do mesmo modo, outra de cunho mais consultivo. De fato, o IPE nasce com a dupla incumbência de promover, de um lado, o estudo "e elaboração de planos, programas, métodos e processos de educação" e, do outro, "a organização e coordenação das instituições complementares da escola" (TEIXEIRA, 2007, p. 152).

Arthur Ramos, chefe da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM), afirmou ao responder a última questão do questionário enviado por Lourenço Filho que o Instituto de Pesquisa necessariamente deveria "ser de estudos científicos, de pesquisa e controle, separado dos interesses puramente administrativos, podendo, entretanto, fornecer sugestões aos órgãos de administração". Em sua perspectiva, urgia a necessidade de "desburocratização para a criação de um ambiente propício aos trabalhos de investigação científica"¹³.

Já a auxiliar da Seção de Medidas e Eficiência Escolares (SMEE), professora Yvonne de Oliveira Araújo, entendia que em uma instituição do gênero do IPE:

¹² Dados referentes à seção de Programas e Atividades Extraclasse. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LFt IPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0005)

¹³ Relatório apresentado pelo chefe da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LFt IPE – 11.03.1932 a 23.04.1936(f0047)

Não podendo ser desligada dos órgãos administrativos, deve ser considerada como um ‘laboratório’ onde há especialização, ficando parte do pessoal encarregado das questões técnicas, como observações, pesquisas, experiências, conclusões e a outra parte com a responsabilidade de revisão, apuração distribuição de material, infrações etc. Tudo isso sem o caráter de burocracia”¹⁴

A SMEE teve inicialmente como tarefa a homogeneização das turmas do 1º ano das escolas do DF, nos anos de 1932 e 1933. Dentro dos vários objetivos apresentados no projeto do setor, a SMEE se dedicou exclusivamente a elaboração e aplicação das “fórmulas de promoção” que serviram de base para a distribuição das matrículas e a classificação e reclassificação dos alunos do curso primário.

Também merecem destaque os trabalhos realizados pela Seção de Programas e Atividade Extraclasse (SPA). Essa seção foi inaugurada antes da criação do IPE, já durante a Reforma de Anísio Teixeira, em 1932, com o nome de Programas Escolares. Passou a fazer parte do Instituto em 1933, fundindo-se aos serviços de Obras Sociais Escolares, Peri-escolares e Pós-escolares. De acordo com o regulamento escrito em março de 1932 e ainda validado no ano de 1935¹⁵, a seção destinava-se “a auxiliar e facilitar o trabalho do professor, fornecendo-lhes todos os elementos necessários à eficiência de sua função didática”¹⁶. Para o alcance deste objetivo seria necessário exercer a função investigadora e construtora, “baseada nas pesquisas realizadas” e, igualmente, a “ação experimentadora e verificadora” para “avaliar a eficiência da escola e a exequibilidade” do que havia sido tentado¹⁷.

A professora Ignácia Guimarães, chefe da SPAE no ano de 1936, ao ser indagada sobre “a natureza da função que compete o IPE”¹⁸, partiu para a defesa da promoção de um órgão técnico-administrativo voltado para a produção de resultados que influenciariam “diretamente e imediatamente sobre a função geral

¹⁴ Resposta ao ofício 48/IPE da SMEE. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LfIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0053).

¹⁵ O regulamento do Serviço de Programas Escolares encontra-se anexado ao questionário respondido pela professora Ignácia Guimarães, localizado no arquivo de Lourenço Filho, e é citado pela própria como sendo o Regulamento oficial da Seção de Programa e Atividade Extraclasse.

¹⁶ Breve relatório sobre a SPA. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LfIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0006).

¹⁷ Breve relatório sobre a SPA. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LfIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0006).

¹⁸ Breve relatório sobre a SPA. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LfIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0006).

do sistema educacional” [grifo do autor]. De acordo com a professora, seria primordial considerar o IPE como um “órgão vital desse mesmo sistema” [grifo do autor] e um erro atribuir uma função “de caráter absolutamente técnico ou de caráter absolutamente administrativo”, pois poderia se transformar “num desses instrumentos fictícios ou de natureza meramente burocrática”. De fato, a SPAE se configurou como um setor com ação de cunho técnico-administrativo; além de apresentar resultados de pesquisas e investigações educacionais e, do outro, buscou elaborar ações que seriam decisórias para o sistema de ensino recém inaugurado.

Certamente, a SPAE merece um maior destaque em nossa pesquisa. Pretendemos ao logo desta tese aprofundar nas orientações e no modo de funcionamento dessa e de outras seções do IPE. Cabe, todavia, cabe anteciparmos alguns pontos, principalmente chamar a atenção para algumas ações na expectativa de compreendermos um pouco mais sobre o estatuto institucional do IPE.

De acordo com o regulamento da SPAE, para a realização de seus objetivos, a seção deveria ter a:

Função investigadora, aplicada ao conhecimento das necessidades do ambiente da criança em especial ao estudo de métodos, programas e matérias de ensino;

Função construtora, baseada nas pesquisas realizadas;

Ação experimentadora e verificadora para, através do entendimento e da cooperação com o elemento docente, avaliar a eficiência da escola e a exequibilidade do que aí tenha sido tentados, procurando-lhe melhor adaptação as finalidades visadas;

Ação divulgadora, exercida por meio de uma campanha de publicidade a favor da escola¹⁹.

A seção era encarregada de preparar programas de ensino, cursos e horários que deveriam ser executados nas escolas, além de publicar monografias e trabalhos técnicos na expectativa de “divulgar novos conceitos educativos”. Ainda de acordo com a professora Ignácia, a seção procurava:

Auxiliar os professores nos trabalhos de execução dos novos programas. Com esse fim institui-se, em 1935, um curso de interpretação do Programa de Ciências

¹⁹ A seção também promovia e incentivava a tradução de livros didáticos estrangeiros para serem utilizados nas instituições de ensino.

Sociais no qual estiveram inscritas, por ordem do Departamento de Educação, grupos selecionados de professores incumbidos do ensino das matérias dos novos programas nas escolas municipais²⁰.

Por um lado, com o intuito de traçar planos de estudos, cursos e horários que deveriam ser desenvolvidos nas escolas do DF e principalmente nas escolas experimentais, esse setor promovia ações interventivas, exercendo assim uma função executiva no âmbito escolar. Por outro lado, não de modo excludente, os trabalhos realizados representavam, de acordo com professora Ignácia, “resultados de pesquisas e investigação”²¹.

Para professora Alba de Nascimento, chefe do serviço “Paz pela Escola”, não caberia na área da educação uma instituição com “finalidades meramente desinteressadas”, uma vez que não consideraria “um Instituto de Pesquisas Educacionais sem influencia na ação administrativa”²². Em sua perspectiva, seria:

Indispensável, fundamentalmente, ao Instituto, não apenas autoridade científica, mas autoridade direta e imediata sobre todos os órgãos de ação escolar, sobre todos os chefes de serviço e professores em geral afins de que suas conclusões, planos, programas, métodos, processos, etc, etc, possam ser convenientemente aplicados.

Achamos que o Instituto é o órgão máximo de cultura do sistema escolar donde devem emanar todas as diretrizes psico-socio-pedagógicas²³.

Realmente, não existia entre os responsáveis das seções uma unanimidade quanto às funções do IPE. No entanto, muitos defendiam a consolidação de um Instituto técnico-administrativo e, do mesmo modo, posicionavam-se preocupados com a necessidade de desburocratizar o viés administrativo do IPE.

Gustavo Lessa, no final do ano de 1935, assina um documento posicionando-se de forma crítica frente às atividades administrativas exercidas pelo Instituto, principalmente a sua feição burocrática que foi assumida ao longo dos anos. Na perspectiva do ex-diretor, para o desempenho da “missão essencial” de produzir pesquisas, o IPE deveria ser “desembaraçado dos trabalhos de

²⁰ Instituto de Pesquisas Educacionais. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LfIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0009).

²¹ Instituto de Pesquisas Educacionais. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LfIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0009).

²² Informações da Seção Paz pela Escola. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LfIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0063).

²³ Id.

natureza puramente administrativos” que eram análogos aos seus objetivos. Na concepção de Lessa:

O Instituto de Pesquisas Educacionais foi uma criação que correspondeu a uma real necessidade do nosso sistema escolar. Encerram meios para contribuir significativamente ao aperfeiçoamento desse sistema. Urge: a) introduzir em seu seio mais alguns elementos realmente técnicos; b) excluir as tarefas de natureza meramente administrativas; c) confiar as tarefas de apuração de dados do pessoal contratado e reduzido²⁴.

Como estratégia para dissolver de dentro do IPE o ranço administrativo, indica a transferência da Divisão de Obrigatoriedade Escolar e Estatística (DOEE) para a Secretaria do Departamento de Educação. Para Lessa, qualquer intenção de pesquisa que essa seção tivesse “seria submergida no oceano das anotações diárias a serem feitas”²⁵.

A DOEE surge no ano de 1933, com o objetivo de apurar e analisar os “dados estatísticos do ensino municipal em todos os seus graus e do ensino primário particular”²⁶. A divisão, ao ser organizada, tinha o encargo de promover o “estudo e a verificação dos meios de dar cumprimento a obrigatoriedade escolar” e, igualmente, a ampliação do sistema educacional. Os serviços elaborados apresentavam características de cunho administrativo, como exemplos, o controle do registro do professorado primário, o registro de organização das escolas públicas e particulares, o serviço de controle das turmas e da movimentação do professorado, assim como organização do plano de matrícula.

De acordo com o chefe desta Divisão, Nelson Teixeira, mensalmente era feita a apuração da “matrícula, frequência e comparecimento de todas as classes do sistema escolar primário”. No organograma do IPE, localizava-se no mesmo nível da Divisão de Pesquisas Educacionais, compondo, assim, o outro lado de uma mesma moeda.

Para Nelson Teixeira os dados estatísticos eram fundamentais, mas “a sua influência, entretanto, não se exerce diretamente, mas através dos esclarecimentos que os administradores retiram dos seus resultados”. Em sua concepção, a

²⁴ Relatório apresentado ao Sr. Diretor do Departamento de Educação pelo Ex-diretor do IPE, Professor Gustavo de Sá Lessa. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LFIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0017).

²⁵ Id.

²⁶ Resposta ao ofício 47/IPE da DOEE-SEE. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LFIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936(f0067).

estatística seria o “elemento indispensável” e, no caso do IPE, vinha “concorrendo para a melhoria tanto quantitativa como qualitativa, do ensino nas escolas”²⁷. Ao responder à última questão daquele questionário, o chefe da seção afirmou que:

O Instituto não deve ser considerado um órgão propriamente de administração, nem de estudos desinteressados. O Departamento de Educação é o órgão propriamente de administração do sistema escolar. O Instituto deve ser órgão de orientação do ensino primário. Não exercendo o poder administrativo, propriamente dito, o Instituto exerce o poder de esclarecimento e orientação dos métodos e processos de ensino, - e para que esta orientação não seja utópica fica a cargo do Instituto o controle das medidas, deficiência do ensino ministrado sob sua orientação. O controle de funcionamento e da eficiência do ensino, sendo parte integrante do Instituto, permite este exercer com segurança o seu poder de orientar e investigar os resultados de sua orientação. O Instituto é um aparelho através do qual deve ser possível o controle científico dos métodos e resultados do ensino primário no Distrito Federal – é o laboratório de pesquisas e análises que deve presidir o desenvolvimento do ensino primário em todos os seus aspectos²⁸

Na expectativa de trazermos mais contribuições para o enriquecimento do debate sobre o estatuto de funcionamento do IPE, consideramos pertinente nos aproximarmos de pesquisas referentes ao Inep que tratam do período da gestão de Anísio Teixeira.

O estudo realizado por Mendonça & Xavier (2008) sobre o modo de funcionamento do Inep nas décadas de 1950 e 1960 nos fornece uma chave importante para a construção de nossa pesquisa. Do mesmo modo, o Inep também mantinha, simultaneamente, “atribuições de caráter executivo”, prestando assistência técnica ao sistema de ensino, além de ter como objetivo a “divulgação por diferentes meios de difusão, do conhecimento pedagógico” (Mendonça & Xavier, 2008, p. 24), intervindo de modo direto no desenvolvimento da educação escolar naquele período.

De acordo com Mendonça (1997b), nos anos de 1950, já à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), Anísio Teixeira conseguiu encaminhar o desdobramento de uma meta que vinha sendo elaborada desde a década de 1930: fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil. E foi com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE/INEP)

²⁷ Resposta ao ofício 47/IPE da DOEE-SEE. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LfT IPE – 11.03.1932 a 23.04.1936(f0070).

²⁸ id

que esse educador retomou o seu antigo projeto, buscando dar condição científica à ação educativa pela via deste órgão.

Nos anos 1950, Anísio Teixeira pretendia aproximar o campo educacional ao científico, bem como introduzir uma postura investigativa na atividade educativa de modo a afetar qualitativamente o sistema brasileiro de ensino. Nas palavras do educador Anísio Teixeira (1957, p. 22):

Os Centros de Pesquisas Educacionais foram criados para ajudar a aumentar os conhecimentos científicos que assim possam ser utilizados pelos educadores – isto é, pelos mestres, especialistas e administradores educacionais – para melhor realizarem a sua tarefa de guias a formação humana, na espiral sem fim de seu indefinido desenvolvimento.

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE/INEP) foi então criado para o desenvolvimento de pesquisas e, apesar de articulado ao Inep, possuía uma autonomia administrativa frente às investigações no campo educacional. De acordo com Mendonça & Xavier (2005):

Há um evidente paralelismo entre as duas denominações: Inep e CBPE. Na prática, o CBPE configurou-se como um Inep dentro do Inep, constituindo-se, desta forma, em mais uma estratégia para escapar da burocratização do órgão garantindo, entre outras coisas, uma maior flexibilização na contratação de pessoal especializado e um intercâmbio mais autônomo com entidades internacionais.

Ainda de acordo com as autoras, era no CBPE de “onde partiam propostas de intervenção sobre o sistema de ensino, fundamentadas nas pesquisas de ponta, desenvolvidas sobre seu patrocínio”. Com a criação do CBPE, Anísio Teixeira transforma o Inep “em uma espécie de cérebro pensante do Ministério”²⁹.

No entanto, para Mendonça & Xavier (2005, p. 26), não havia necessariamente no caráter ambíguo presente no estatuto institucional do Inep “um significado negativo”, mas um “aspecto de certa indefinição do órgão”. Para as autoras, Anísio Teixeira, durante a sua gestão, soube “explorar, de maneira produtiva, essa ambiguidade, transformando o Inep em uma espécie de miniministério no interior do próprio ministério”.

Decerto, como ocorreu na década de 1950, com a criação do CBPE/INEP – período em que Anísio Teixeira se empenhou em desenvolver ações de intervenção em âmbito nacional – nos anos de 1930, nosso intelectual se debruçou

²⁹ Op. cit., p. 34

em um movimento de coordenação e organização “de todo um verdadeiro sistema escolar, um grande sistema” de ensino no âmbito do município do Rio de Janeiro (TEIXEIRA, 2007, p. 132) e teve o IPE como um importante órgão articulador.

O IPE, certamente, ao assumir funções mais intervencionistas (planos de aula, programas de estudo, horário, cursos para os professores, classificação e reclassificação do aluno, controle de matrícula e etc.) acabou se tornando um “órgão vital” para todo o sistema de ensino da cidade do Rio de Janeiro, ganhando aos poucos uma maior importância no Departamento de Educação.

Neste sentido, diante das atribuições identificadas por intermédio das ações empenhadas pelo IPE, gostaríamos de dar destaque ao caráter híbrido desta instituição. Enquanto desenvolvia ações de cunho executivo, buscando uma maior intervenção no sistema de ensino do DF, também desenvolvia pesquisas na expectativa de criar subsídios para este mesmo sistema.

Considerando os aspectos apontados acima, em nossa concepção, o Inep nos meados do século XX apresenta uma organização semelhante àquela desenvolvida no IPE. Anísio Teixeira, com as ideias ainda não tão amadurecidas como nos anos de 1950, de certo modo, cria um órgão paralelo ao Departamento de Educação no início da década de 1930, certamente com particularidades distintas das experiências do CBPE/INEP, mas com certa semelhança, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de ações centralizadoras de orientação e execução de medidas no campo educacional.

Outros aspectos também merecem destaque em nossa pesquisa sobre o IPE, por exemplo, naquele questionário enviado por Lourenço Filho aos responsáveis pelas seções, de modo surpreendente, as respostas foram unânimes quanto à precariedade de mão de obra qualificada e a falta de verba suficiente não apenas para a contratação de um novo quadro, mas para a viabilização das pesquisas no IPE.

Ignácia Guimarães destaca a “condição desfavorável” na qual o SPEE vinha funcionando e afirma que “toda a professora que ingressa no serviço de Programas Escolares tem sido moralmente obrigada a sujeitar-se a um auto-preparo, a fim de por-se em condições de realizar satisfatoriamente trabalho que

além de preparo geral e de experiência técnica de ensino, demanda capacidade técnica”³⁰.

Arthur Ramos aponta para a “boa vontade do pessoal, que supre a precariedade do material e as condições deficitárias em geral”³¹ em que trabalha a seção de Ortofrenia e Higiene Mental. Já Yvonne de Oliveira Araujo, auxiliar da SMEE, num relatório apresentado em abril de 1936, afirma estar sem chefe desde outubro do ano anterior e, por esse motivo, não haveria na seção “elemento técnico”³².

Além do despreparo profissional, localizamos duas outras particularidades que merecem o aprofundamento em nossos estudos: de um lado, identificamos certa semelhança nos projetos do IPE com o projeto inicial do Inep e, de outro, consideramos inquietante a escassez de fontes sobre o IPE depois do ano de 1938, ano de consolidação do Inep. Esta escassez de registros sobre o Instituto, após o ano de 1938, poderá ser um indicativo do enfraquecimento das ações do IPE naquele ano.

Ademais, se levarmos em consideração o objetivo do Inep no momento da sua criação também consideramos instigante o fato de existirem objetivos que se assemelham entre os dois órgãos. De acordo com o Decreto-lei n. 580 – de 30 de Julho de 1938, que dispõe sobre a organização do Inep, caberia ao órgão “prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos”. Ora, apesar do Inep ter uma atuação mais abrangente, em âmbito nacional, ao que tudo indica, tinha a pretensão de exercer a função técnico-administrativo em domínio municipal. Neste caso, fica em aberto uma questão: não deveria existir uma interlocução entre os dirigentes dos dois Institutos? No entanto, não foi possível localizar fontes sobre o Inep que tratassem de um convênio ou mesmo diálogo com o diretor ou mesmo com setores do IPE no final dos anos de 1930 e início da década de 1940.

³⁰ Breve relatório sobre a Seção de Programas e Atividades Extraclasse. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LFt IPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0002).

³¹ Resposta ao memorando n. 43 de abril de 1936 escrito pelo chefe da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LFtIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0045).

³² Resposta ao ofício 48/IPE da SMEE. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV LFtIPE – 11.03.1932 a 23.04.1936 (f0052).

Pelo motivo acima exposto, gostaríamos de aprofundar ainda mais o debate, chamando a atenção para um ponto que também poderá nos auxiliar nessa trajetória. Assim, como sugerido na introdução deste trabalho, como parte mais ousada do caminho que se pretende trilhar, consideramos importante à análise das possíveis relações entre o encerramento das atividades no IPE e o surgimento do Inep, tendo como principal eixo condutor Lourenço Filho, ex-diretor do IPE e presidente do Inep de 1938 à 1945, tema este que será aprofundado no próximo capítulo.

Ao inaugurar o IPE, em 1933, Anísio buscou reunir algumas ações em um mesmo órgão, articulando e centralizando em um local único os serviços destinados ao trabalho pedagógico. Então, cabe indagar: qual a justificativa para que não fosse preservada a lembrança do IPE?

Como trajetória de análise, interessa-nos avançarmos um pouco mais para entendermos o IPE e, também, contribuirmos para a compreensão do processo histórico de institucionalização das pesquisas no campo educacional.

Deste modo, gostaríamos de relativizar a fala de Gustavo Capanema sobre a importância do Inep, principalmente seu caráter inédito no campo das políticas de formação de instituições de pesquisas educacionais. Ou seja, não pretendemos neste trabalho deixar de reconhecer a influência e o valor histórico do Inep nesse processo; consideramos, porém, o IPE como o órgão responsável pelo início de uma política de intervenção mais ampla, a partir de um assessoramento técnico, no campo educacional.